



Novembro/2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de texto da Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

As palavras que nos exprimem

Há palavras estrangeiras absolutamente necessárias para nossa comunicação, como é o caso de termos técnicos ligados à computação ou de vocábulos cujo sentido muito específico na língua original torna muito difícil, ou quase impossível, encontrar tradução adequada.

Mas é um tanto ridículo o abuso pretensioso de palavras estrangeiras, como “off” em dez de desconto, ou “free” em vez de grátis. Nos programas de congressos, em vez de se ler “Intervalo para café” ou, mais simplesmente, “Cafezinho”, lê-se “coffee break”. Aqui, o ridículo pesa de um modo especial. Tomar um cafezinho é um hábito brasileiro, é um momento de sociabilidade. Antes dos “shopping centers” (eis aqui uma expressão estrangeira já integrada em nossa vida), havia no país incontáveis “cafés” de rua, pequenos estabelecimentos que eram pontos de conversa amiga.

Desde o século XIX o Brasil teve boa parte de sua economia sustentada pelo café, exportou café para o mundo, criaram-se muitos postos de trabalho, fortunas se fizeram, exportamos, exportamos, exportamos – e de repente ele volta para nós importado, com sotaque americano, como prova de prestígio: “coffee break”. É como se a matriz central devolvesse para a filial da periferia aquela banana importada que agora volta com selo de exportação para os que acham que em inglês tudo fica mais importante. Para aceitar aquilo que os estrangeiros possam ter de melhor não é preciso subestimar o que seja legitimamente nosso, e alimentar assim um tolo complexo de inferioridade.

(Adalberto Tolentino, inédito)

1. Quanto ao emprego de termos estrangeiros em nosso país, a posição do autor do texto consiste, resumidamente, em
- (A) abolir toda e qualquer palavra ou expressão cujo sentido técnico esteja fora do alcance do brasileiro.
 - (B) discriminar esse uso, justificando em cada caso a razão pela qual devem ou não ser evitados.
 - (C) acatar esse uso, desde que a razão disso seja o fato de não haver expressão similar em nossa língua.
 - (D) tolerar essa prática, uma vez que ela já está arraigada no uso comum do falar brasileiro.
 - (E) acolher os vocábulos que constituírem uma espécie de apropriação de palavras do português.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, o autor sugere que sempre é possível encontrar numa determinada língua uma expressão cujo sentido seja equivalente ao de uma expressão de outra língua.
- II. No 2º parágrafo, o emprego da palavra *cafezinho*, no lugar da expressão “*coffee break*”, é apresentado como exemplo de uma forma de nacionalismo exacerbado e, até certo ponto, injustificável.
- III. No 3º parágrafo, a importância histórica do café em nossa economia e em nossa cultura é ressaltada pelo autor do texto para mostrar o ridículo do emprego da expressão “*coffee break*”.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão em:

- (A) *cujo sentido muito específico na língua original* (1º parágrafo) = uma significação que torna criativa a língua de que proveio
- (B) *é um tanto ridículo o abuso pretensioso* (2º parágrafo) = é algo risível o uso indiscriminado e afetado
- (C) *pontos de conversa amiga* (2º parágrafo) = intervalos de tolerância recíproca
- (D) *a filial da periferia* (3º parágrafo) = a sucursal das vizinhanças
- (E) *não é preciso subestimar* (3º parágrafo) = não carece de se vangloriar

4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) O autor não se revela que sua posição esteja inteiramente intolerante diante dos estrangeirismos, uma vez que chega a justificá-lo dependendo do que for o caso.
- (B) Foi especialmente o emprego da expressão “*coffee break*” onde o autor se mostrou irritado, de vez que o uso de “cafezinho” seria inevitavelmente melhor.
- (C) Conquanto mostre plena relutância ao se valerem de termos estrangeiros, o autor não o evita de fazer em casos específicos, tal como o dos tecnológicos.
- (D) Ao aceitar o emprego de termos estrangeiros quando estes não tiverem tradução satisfatória, o autor mostra que não é um purista em defesa da língua portuguesa.
- (E) O prestígio de que alguns acenam para o uso de palavras inglesas é visto como injustificável na ótica do autor do texto quando se refere a este linguajar.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Vincula-se ao nosso antigo complexo de povo colonizado hábitos como o que nos leva ao emprego indiscriminado de termos estrangeiros.
- (B) Somente no caso de haverem razões plenamente justificáveis admite-se, na opinião do autor do texto, o uso de vocábulos estrangeiros.
- (C) Constam nos programas de congressos acadêmicos, como se fosse natural, chamamento em inglês para o nosso brasileiroíssimo cafezinho.
- (D) O emprego de termos estrangeiros cujas acepções originais não têm tradução adequada conta com o respaldo do autor do texto.
- (E) Aquilo que os estrangeiros parecem dizer melhor, com palavras mais apropriadas, quase sempre encontram perfeita tradução em nosso idioma.

6. Está plenamente adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Há vocábulos estrangeiros em cujo emprego se faz desnecessário, uma vez que nossa língua conta com termos de que o sentido traduz plenamente o daqueles.
- (B) O abuso no emprego de estrangeirismos, ao qual o autor se bate, é um mal em cujo reconhecimento pouca gente é capaz.
- (C) Nossas exportações de café, às quais tanto devemos, levaram a outros países um hábito cujo cultivo tornou-se parte de nossa identidade.
- (D) Um hábito ridículo, do qual muita gente se curva, está no emprego abusivo de palavras estrangeiras, nas quais se atribui um prestígio maior.
- (E) Há expressões estrangeiras, como "shopping center", onde o uso se justifica plenamente, uma vez que nomeiam realidades em que o estabelecimento se deu em outros países.

7. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) A menos que sejam absolutamente indispensáveis, não se devia empregar palavras estrangeiras quando houver no vernáculo termos equivalentes.
- (B) A menos que encontre forte justificativa, o emprego de palavras estrangeiras deve ser evitado, até porque é ridículo atribuir mecanicamente prestígio ao que vem de fora.
- (C) Não fosse o café, nossa economia não terá se beneficiado com as volumosas exportações, e o nosso desenvolvimento social estaria ocorrendo em outro ritmo.
- (D) Seria um tolo complexo de inferioridade a razão pela qual muitos de nós emprestássemos mais prestígio a termos estrangeiros do que aos que pertencessem ao nosso idioma.
- (E) Muitos ainda julgam que a simplicidade de uma palavra como "cafezinho" não esteja à altura de eventos a que se pretendesse conferir grandeza e solenidade.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 10, considere o texto abaixo.

Quero deixar aqui, entre parêntesis, meia dúzia de máximas das muitas que escrevi por esse tempo. São bocejos de enfado; podem servir de epígrafe a discursos sem assunto:

Suporta-se com paciência a cólica do próximo.

*

Matamos o tempo; o tempo nos enterra.

*

Um cocheiro filósofo costumava dizer que o gosto da carruagem seria diminuto, se todos andassem de carruagem.

*

Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros.

*

Não se compreende que um botocudo fure o beijo para enfeitá-lo com um pedaço de pau. Esta reflexão é a de um joalheiro.

*

Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens, que de um terceiro andar.

(Machado de Assis, **Memórias póstumas de Brás Cubas**, capítulo CXIX)

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O texto de Machado de Assis constitui-se de frases avulsas, criadas pelo autor, e cada uma delas se apresenta com o aspecto característico de provérbios populares.
- II. Numa das máximas, um cocheiro entende que o prazer advindo do uso de uma carruagem perderia muito caso esse uso deixasse de ser um privilégio de uns poucos.
- III. A reflexão de um joalheiro, numa das máximas, leva a crer que ele condena o referido hábito dos botocudos porque ele é contra o uso vaidoso de adereços.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) II.

9. Considerando-se aspectos construtivos do texto, é correto afirmar que

- (A) a máxima *Suporta-se com paciência a cólica do próximo* apresenta uma forma verbal na voz passiva.
- (B) a máxima *Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros* constitui-se de duas orações com sujeitos distintos.
- (C) em *Matamos o tempo; o tempo nos enterra* há ocorrência tanto da voz ativa como da voz passiva.
- (D) em *Não te irrites se te pagarem mal um benefício* o termo *benefício* assume a função de sujeito.
- (E) em *antes cair das nuvens, que de um terceiro andar* o termo sublinhado está indicando anterioridade.



10. Ocorre pontuação plenamente adequada na frase:

- (A) Criador de frases ferinas, Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade para, num romance famoso, compor um capítulo unicamente com aforismos, sempre bem-humorados e argutos, entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (B) Criador de frases ferinas Machado de Assis, aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso compor um capítulo unicamente com aforismos, sempre bem-humorados e argutos, entre os quais, alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (C) Criador de frases ferinas, Machado de Assis, aproveitou-se dessa qualidade para num romance famoso compor um capítulo, unicamente com aforismos, sempre bem-humorados, e argutos entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (D) Criador de frases ferinas, Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso, compor um capítulo, unicamente com aforismos sempre bem-humorados, e argutos, entre os quais alguns que volta e meia são citados até hoje.
- (E) Criador de frases ferinas Machado de Assis aproveitou-se dessa qualidade, para num romance famoso compor um capítulo, unicamente com aforismos, sempre bem-humorados, e argutos entre os quais, alguns que volta e meia são citados até hoje.

Noções de Informática

11. O navegador Internet Explorer 9 oferece alguns recursos de segurança, dentre os quais se encontra:

- (A) Conexão segura (XSL) de 64 bits, que pode ajudar a proteger o usuário contra ataques de *phishing online*, fraudes e sites falsos ou mal-intencionados.
- (B) Gerenciador de Complementos, que permite que o usuário veja com facilidade o verdadeiro endereço do site da web que está visitando. O verdadeiro domínio que se está visitando é realçado na barra de complementos.
- (C) Realce de domínio Active XSS, que permite que o usuário desabilite ou permita complementos do navegador da web e exclua controles Active XSS indesejados.
- (D) Filtro Cross-Site Scripting (XSS), que pode ajudar a evitar ataques de *script* entre sites, que comprometem sites legítimos com conteúdo mal-intencionado.
- (E) Filtro do SmartScene para usar sites seguros. Este recurso ajuda o Internet Explorer a criar uma conexão criptografada com sites de bancos, lojas online ou outras organizações que lidam com informações confidenciais de clientes.

12. A Central de Facilidade de Acesso é um local central que o usuário pode usar para definir as configurações e os programas de acessibilidade disponíveis no Windows 7. Embora haja diversos recursos disponíveis na Central de Facilidade de Acesso, o Windows 7 NÃO oferece

- (A) o programa Lupa, que permite a ampliação da tela para facilitar a leitura. Além disso, as cores podem ser ajustadas para melhorar a visualização.
- (B) o programa Teclado Virtual, que permite o uso do mouse ou de outro dispositivo para interagir com um teclado exibido na tela.
- (C) o programa Calibra, que permite configurar a tela para entrada por toque, caneta ou pelo piscar de olhos, de forma a facilitar a interação do usuário com o uso das mãos em um tablet PC.
- (D) recursos que permitem substituir os sons do sistema por alertas visuais e exibir legendas de texto para o diálogo falado em programas de multimídia.
- (E) o programa Narrator, que faz a leitura das informações da tela. Além disso, oferece o Reconhecimento de Fala que permite controlar o computador com comandos de voz, além de permitir ditar texto para programas.

13. Um Analista do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe precisa salvar um arquivo que acabou de editar no Microsoft Word 2010, em português, com uma senha de proteção. Para isso, ele deve clicar na opção Salvar como da guia Arquivo e, na janela que se abre,

- (A) clicar em Ferramentas, depois em Opções Gerais..., digitar uma senha no campo Senha de proteção, clicar no botão OK, confirmar a senha, clicar no botão OK e clicar no botão Salvar.
- (B) escolher a opção Salvar com senha, digitar uma senha no campo Senha de proteção e confirmar a senha. O salvamento é automático.
- (C) clicar em Opções Gerais de Salvamento..., digitar uma senha no campo Senha de proteção e clicar em OK.
- (D) clicar em Ferramentas, depois em Opções de Configuração de Senha..., digitar uma senha no campo Senha e confirmar a senha.
- (E) clicar em Opções de Salvamento..., depois em Gravar senha, digitar uma senha no campo Senha de proteção e confirmar a senha, clicar no botão OK e clicar no botão Salvar o arquivo com senha.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

14. Manoel, servidor público do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, permitiu que empresa utilizasse bem pertencente ao Tribunal, sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie, gerando prejuízos aos cofres públicos. No entanto, sua conduta foi praticada de forma culposa, ou seja, sem intenção de praticar ato ímprobo ou mesmo de causar qualquer lesão ao erário. No caso narrado, a conduta de Manoel

- (A) não caracteriza ato ímprobo, no entanto, Manoel será responsável por ressarcir o prejuízo causado aos cofres públicos.
- (B) não caracteriza ato ímprobo, haja vista ter sido culposa, não havendo responsabilidade em ressarcir o prejuízo causado aos cofres públicos.
- (C) caracteriza ato ímprobo, não importando, para sua configuração, a ocorrência de prejuízo ao erário.
- (D) não caracteriza ato ímprobo, haja vista a ilegitimidade de Manoel.
- (E) caracteriza ato ímprobo, haja vista que, para a configuração do ato ímprobo em questão, a conduta tanto pode ser culposa quanto dolosa.



<p>15. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe instaurou processo administrativo disciplinar contra Marcia, servidora do respectivo Tribunal. Embora tenha sido regularmente citada, a servidora não apresentou defesa no prazo legal, razão pela qual foi considerada revel. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, para defender a indiciada revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter</p> <p>(A) o segundo grau completo, não importando se o grau de escolaridade é igual ou inferior ao de Marcia.</p> <p>(B) grau de escolaridade superior completo, não importando se o grau é igual ou inferior ao de Marcia.</p> <p>(C) nível de escolaridade obrigatoriamente superior ao de Marcia.</p> <p>(D) nível de escolaridade igual ou superior ao de Marcia.</p> <p>(E) nível de escolaridade necessariamente igual ao de Marcia.</p>	<p>18. No tocante a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere:</p> <p>I. Exercerá a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral um dos seus Juízes integrantes da classe de Desembargador, eleito por dois anos, vedada a recondução.</p> <p>II. Para a eleição do Presidente do Tribunal exigir-se-á a presença de todos os seus Membros.</p> <p>III. Em caso de empate, considerar-se-á eleito o Desembargador mais idoso no Tribunal de Justiça ou o mais antigo, em persistindo o empate.</p> <p>IV. Incumbe ao Presidente do Tribunal designar os titulares das Chefias dos Cartórios Eleitorais.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>16. João, servidor público e chefe de determinada repartição, em razão de circunstâncias de índole social, delegou ao seu subordinado, Elias, a edição de atos de caráter normativo, evitando, assim, prejuízos aos administrados. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta de João está</p> <p>(A) incorreta, pois a matéria em questão não pode ser objeto de delegação.</p> <p>(B) correta, sendo possível a delegação no caso narrado.</p> <p>(C) correta, haja vista que, independente de ser possível ou não a delegação, deve sempre prevalecer o interesse dos administrados.</p> <p>(D) incorreta, pois a delegação não é transferida a subordinados.</p> <p>(E) incorreta, pois circunstâncias de índole social não justificam a delegação em nenhuma hipótese.</p>	<p>19. NÃO compete ao Corregedor Regional Eleitoral</p> <p>(A) designar, nas Comarcas onde houver mais de uma Zona Eleitoral, o Juízo competente para cumprimento das cartas rogatórias, de ordem e precatórias.</p> <p>(B) solicitar ao Chefe do Ministério Público local, a indicação do Substituto nos casos de inexistência de Promotor que officie perante a Zonal Eleitoral, impedimento ou recusa injustificada.</p> <p>(C) investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se os processos em andamento têm curso normal.</p> <p>(D) conhecer as reclamações, queixas ou representações apresentadas contra os Juízes Eleitorais, encaminhando-as, com o resultado das sindicâncias a que proceder, ao Tribunal.</p> <p>(E) receber e mandar processar as reclamações contra Escrivães e Servidores, decidindo-as como entender de direito ou remetendo-as ao Juiz Eleitoral competente para o processo e julgamento.</p>
<p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe</p> <p>17. Gabriel é juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Considerando que ele, não é substituto e que já faz parte da composição do Tribunal por dois biênios consecutivos, quando terminar este último biênio Gabriel</p> <p>(A) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, apenas em classe diversa e quando transcorrer três anos do término do segundo biênio.</p> <p>(B) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, imediatamente após o término do segundo biênio.</p> <p>(C) poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, apenas em classe diversa e quando transcorrer dois anos do término do segundo biênio.</p> <p>(D) só poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, quando transcorrer um ano do término do segundo biênio.</p> <p>(E) só poderá voltar a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na mesma classe ou em classe diversa, quando transcorrer dois anos do término do segundo biênio.</p>	<p>20. Hipótese de fraude em proporção comprometedora no alistamento eleitoral, compreende a classe</p> <p>(A) Prestação de Contas.</p> <p>(B) Reclamação.</p> <p>(C) Correição.</p> <p>(D) Revisão de Eleitorado.</p> <p>(E) Apuração de Eleição.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. *Ora, (...) 'se uma norma constitucional infringir uma outra norma da Constituição, positivadora de direito supralegal, tal norma será, em qualquer caso, contrária ao direito natural', o que, em última análise, implica dizer que ela é inválida, não por violar a 'norma da Constituição positivadora de direito supralegal', mas, sim, por não ter o constituinte originário se submetido a esse direito suprapositivo que lhe impõe limites. Essa violação não importa questão de inconstitucionalidade, mas questão de ilegitimidade da Constituição no tocante a esse dispositivo, e para resolvê-la não tem o Supremo Tribunal Federal – ainda quando se admita a existência desse direito suprapositivo – competência.*

O trecho acima transcrito, retirado do voto do Ministro Moreira Alves na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 815 (DJ de 10/05/1996), expressa manifestação do STF quanto à teoria

- (A) da recepção do direito pré-constitucional, de Hans Kelsen.
(B) da força normativa da Constituição, de Konrad Hesse.
(C) das normas constitucionais inconstitucionais, de Otto Bachof.
(D) da supremacia da Constituição, de John Marshall.
(E) da constituição dirigente, de J. J. Gomes Canotilho.

22. Antônio, cidadão brasileiro e empregado público concursado do Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal, foi transferido para a agência bancária situada na cidade de Viena, capital da Áustria, em janeiro de 2009, onde permaneceu até janeiro de 2012. Enquanto trabalhava nessa cidade, Antônio conheceu Irina, cidadã russa residente em Lisboa, com quem teve um breve relacionamento. Dessa relação, nasceu, na cidade de Salzburg, na Áustria, em abril de 2011, a menina Katia.

Considerando o caso hipotético e o texto da Constituição brasileira de 1988, a filha de Antônio e Irina

- (A) será brasileira nata se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso venha a residir no Brasil até os 18 anos.
(B) é brasileira nata, independentemente de qualquer opção ou registro consular.
(C) será brasileira nata se vier a residir no Brasil e opte por tal nacionalidade até um ano após a maioridade.
(D) será brasileira nata se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso opte, a qualquer tempo, por tal nacionalidade.
(E) não poderá acumular a nacionalidade brasileira nata que lhe seja reconhecida com eventuais nacionalidades natas austríaca e russa, que lhe sejam garantidas pela legislação desses países.

23. *Provavelmente, a decisão política que conduziu à promulgação da constituição, ou desse tipo de constituição, foi prematura. A esperança, contudo, persiste, dada a boa vontade dos detentores e destinatários do poder, de que tarde ou cedo a realidade do processo do poder corresponderá ao modelo estabelecido na constituição.*

O trecho acima, retirado da obra de um importante constitucionalista do século XX, corresponde à descrição de uma constituição

- (A) normativa.
(B) balanço.
(C) semântica.
(D) nominal.
(E) analítica.

24. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Constituição de 1988, julgar:

- I. Em segunda instância, as causas em que forem partes organismo internacional e pessoa residente no Brasil.
II. Os recursos ordinários contra acórdão denegatório de mandado de segurança proferido pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
III. Em recurso ordinário, os crimes políticos.
IV. Originariamente os conflitos de competência entre Juiz de Direito e Juiz do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
(B) I e II.
(C) III e IV.
(D) II e III.
(E) II e IV.

25. Os titulares de cargos públicos

- (A) tornam-se efetivos após três anos de exercício de suas funções.
(B) podem ter seus reajustes remuneratórios fixados em convenções coletivas.
(C) têm constitucionalmente assegurado o direito à percepção de adicional de insalubridade.
(D) submetem-se necessariamente a regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
(E) podem perceber verbas indenizatórias que ultrapassem o teto constitucional.

Direito Administrativo

26. A empresa WC, vencedora de um pregão, convocada dentro do prazo de validade da proposta, comportou-se de modo inidôneo. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, estará sujeita, dentre outras sanções, a proibição de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até

- (A) cinco anos.
(B) dez anos.
(C) dois anos.
(D) três anos.
(E) oito anos.

27. Considere:

- I. Secretarias Municipais.
II. Postos de Saúde.
III. Delegacias de Polícia.
IV. Ministérios.
V. Delegacias Regionais da Receita Federal.

Quanto à esfera de ação, classificam-se os órgãos públicos em centrais e locais. NÃO constitui exemplo de órgãos públicos locais o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
(B) I e IV.
(C) IV.
(D) II e V.
(E) I, III e V.



<p>28. A revogação dos atos administrativos</p> <p>(A) destina-se a atos válidos. (B) atinge atos discricionários e vinculados. (C) compete ao administrador público e ao Judiciário. (D) é ato discricionário, podendo, excepcionalmente, classificar-se como ato vinculado. (E) tem efeitos retroativos.</p> <p>29. O Estado de Sergipe, após o respectivo procedimento licitatório, contratou a empresa vencedora do certame para a execução de vultosa obra pública. A propósito da fase de execução contratual, considere:</p> <p>I. A execução é acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado para essa finalidade.</p> <p>II. Admite-se a contratação de terceiros para assistir o representante da Administração e subsidiá-lo de informações pertinentes à atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.</p> <p>III. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.</p> <p>Nos termos da Lei nº 8.666/1993, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, apenas. (C) I, II e III. (D) III, apenas. (E) II e III, apenas.</p>	<p>32. Um candidato interpôs recurso contra ato do Juiz Eleitoral. O recurso foi regularmente processado e, afinal, o Juiz Eleitoral reformou a decisão. Dessa decisão,</p> <p>(A) o recorrido, dentro de três dias, poderá requerer a subida ao Tribunal Regional Eleitoral do recurso como se por ele interposto. (B) não caberá mais recurso, prevalecendo a decisão reformada. (C) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral. (D) caberá recurso especial para o Tribunal Regional Eleitoral. (E) caberá recurso para própria Junta Eleitoral, que decidirá pela maioria de seus integrantes.</p>
<p>30. Considere as seguintes situações hipotéticas:</p> <p>I. Autarquia do Estado de Sergipe pretende contratar a Associação de portadores de deficiência "Reintegrar", sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para o fornecimento de mão de obra, sendo o preço contratado compatível com o praticado no mercado.</p> <p>II. O Estado de Sergipe pretende contratar empresa visando a transferência de tecnologia de produto estratégico para o Sistema Único de Saúde – SUS, conforme elencado em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição deste produto durante as etapas de absorção tecnológica.</p> <p>Nos casos narrados, conforme dispõe a Lei nº 8.666/1993, a licitação é</p> <p>(A) inexigível. (B) dispensável. (C) inexigível e dispensável, respectivamente. (D) dispensável e inexigível, respectivamente. (E) obrigatória e inexigível, respectivamente.</p>	<p>33. A respeito da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, considere:</p> <p>I. É facultada a inserção de depoimento de candidatos a eleições proporcionais no horário da propaganda das candidaturas majoritárias e vice-versa, registrados sob o mesmo partido ou coligação, desde que o depoimento consista exclusivamente em pedido de voto ao candidato que cedeu o tempo.</p> <p>II. É permitida a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.</p> <p>III. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação poderá participar, em apoio a candidatos desta ou daquele, qualquer cidadão, ainda que filiado a outra agremiação partidária ou a partido integrante de outra coligação, vedada a participação mediante remuneração.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I e II. (C) I. (D) II e III. (E) III.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>31. Considere:</p> <p>I. Prova de quitação com a Justiça Eleitoral.</p> <p>II. Transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.</p> <p>III. Residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.</p> <p>Aplica-se à transferência de título eleitoral de funcionário público civil estadual que foi removido para outro domicílio o disposto APENAS em</p> <p>(A) II. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) I.</p>	<p>34. A respeito da propaganda eleitoral na Internet, é INCORRETO afirmar que poderá ser realizada</p> <p>(A) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação. (B) em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País. (C) em sítio do partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País. (D) em sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (E) por meio de <i>blogs</i>, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.</p>



<p>35. Em um processo em tramitação no Tribunal Regional Eleitoral, foi arguida a suspeição de um de seus membros. O processo e o julgamento da suspeição competem ao</p> <p>(A) Corregedor-Geral Eleitoral. (B) Tribunal Superior Eleitoral. (C) próprio Tribunal Regional Eleitoral. (D) Tribunal especialmente constituído para esse fim. (E) Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>39. A respeito da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, é correto afirmar:</p> <p>(A) A censura prévia e os cortes instantâneos de propagandas eleitorais só podem ser feitos pelo Tribunal Regional Eleitoral. (B) A partir do resultado da convenção, é vedado às emissoras transmitir programa comentado por candidato escolhido em convenção. (C) A censura prévia e os cortes instantâneos de propagandas eleitorais só podem ser feitos pelo Corregedor-Geral Eleitoral. (D) A propaganda eleitoral fora do horário eleitoral gratuito restringe-se a dez inserções por partido. (E) É permitida a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.</p>
<p>36. O ato de designar, até sessenta dias antes das eleições, os locais das Seções, constituir as Juntas Eleitorais e designar a sua sede e jurisdição competem</p> <p>(A) aos Juízes Eleitorais. (B) aos Juízes Eleitorais, aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente. (C) aos Tribunais Regionais Eleitorais. (D) ao Tribunal Superior Eleitoral, aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Juízes Eleitorais, respectivamente. (E) ao Tribunal Superior Eleitoral, aos Juízes Eleitorais e aos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.</p>	<p>40. É VEDADO aos agentes públicos, servidores ou não, dentre outras condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:</p> <p>(A) Ceder servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo para comitês de campanha eleitoral de candidato, durante o horário de expediente normal, mesmo se o servidor ou empregado estiver licenciado. (B) Ceder ou usar, em benefício de partido político, bens imóveis pertencentes à Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a realização de convenção partidária. (C) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, mesmo que não excedam às prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram. (D) Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público. (E) Nomear servidores públicos, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.</p>
<p>37. José teve o registro de sua candidatura a Prefeito Municipal indeferido pelo Juiz Eleitoral competente. Interpôs recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, que negou provimento ao apelo. Nesse caso,</p> <p>(A) cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, se a decisão tiver sido contrária a expressa disposição de lei. (B) não cabe mais recurso. (C) cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral. (D) cabe recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral. (E) cabe recurso especial ao Tribunal Superior Eleitoral, se a decisão tiver sido contrária a expressa disposição de lei ou se for divergente da interpretação de lei de outro Tribunal Eleitoral.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>41. Mário é empregado do Partido Político "X" exercendo funções administrativas de acordo com o seu nível de escolaridade (terceiro grau completo). Seu pai, Clodoaldo, é militar da marinha; seu tio, Fernando, é marítimo; sua mãe, Vera, é costureira sendo que atualmente está presa na penitenciária "W" pela prática de conduta tipificada como criminosa pela legislação competente. Nestes casos, analisando esta família sob os dados fornecidos, de acordo com o Código Civil brasileiro, possuem domicílio necessário</p> <p>(A) Clodoaldo, Fernando e Vera, apenas. (B) Mário, Clodoaldo, Fernando e Vera. (C) Clodoaldo e Vera, apenas. (D) Fernando e Vera, apenas. (E) Clodoaldo e Fernando, apenas.</p>
<p>38. Considere:</p> <p>I. Autorização do candidato, por escrito. II. Certidão de quitação eleitoral. III. Prova de filiação partidária. IV. Declaração de bens, assinada pelo candidato. V. Atestado de antecedentes expedido pela Delegacia de Polícia do local da residência do candidato.</p> <p>Incluem-se dentre os documentos que devem instruir o pedido de registro de candidaturas à Câmara dos Deputados os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e IV. (B) II, III e V. (C) I, III e IV. (D) I, II, IV e V. (E) II, III, IV e V.</p>	



42. No tocante as diferentes classes de bens, considere:

- I. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens imóveis para os efeitos legais.
- II. As energias que possuam valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- III. Os títulos de dívida pública e de dívida particular são considerados bens móveis para os efeitos legais.
- IV. As árvores e os frutos pendentes não destinados ao corte são considerados bens imóveis por acessão natural.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

43. Em regra, na obrigação de dar coisa certa,

- (A) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos prefixados no valor da coisa perdida.
- (B) não são abrangidos os acessórios dela, sejam eles mencionados ou não.
- (C) os frutos percebidos são do credor e os frutos pendentes são do devedor.
- (D) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos prefixados no dobro do valor da coisa perdida.
- (E) se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização.

Direito Processual Civil

44. Considere as seguintes hipóteses:

- I. No processo "D", está postulando como advogado da parte o cunhado do juiz.
- II. No processo "E", o autor é sobrinho do juiz.
- III. No processo "F", o juiz é inimigo capital do autor.
- IV. No processo "G", o juiz é herdeiro presuntivo do autor.

Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, reputa-se fundada a suspeição da parcialidade do juiz, configurando hipóteses de suspeição, as indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

45. O processo "A" foi suspenso porque a sentença de mérito depende do julgamento de outra causa; o processo "B" foi suspenso porque a sentença de mérito não pode ser proferida senão depois de produzida certa prova, requisitada a outro juízo. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro,

- (A) o período de suspensão não poderá exceder seis meses no processo "A" e um ano no processo "B".
- (B) o período de suspensão não poderá exceder seis meses em ambos os processos.
- (C) o período de suspensão não poderá exceder um ano em ambos os processos.
- (D) o período de suspensão não poderá exceder um ano no processo "A" e seis meses no processo "B".
- (E) não há previsão de um prazo limite para a suspensão de ambos os processos.

46. No tocante aos recursos, considere:

- I. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
- II. Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.
- III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- IV. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, inclusive se distintos ou opostos os seus interesses.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

Direito Penal

47. Manoel, munido por sentimento de vingança após um desentendimento, imputa falsamente a Jorge, Mateus e Ricardo, seus vizinhos, um crime de roubo ocorrido em sua residência no dia 10 de Setembro de 2015, ciente da inocência dos mesmos. Os ofendidos, inconformados, pretendem ajuizar ação penal privada contra Manoel. Contudo, Jorge irá perdoar Manoel e subscrever uma declaração para tanto. Neste caso, consumado o perdão do ofendido Jorge,

- (A) os ofendidos Mateus e Ricardo não terão os seus direitos prejudicados e poderão ajuizar ação penal privada contra Manoel.
- (B) ele só produzirá efeito se efetivado até a data da citação de Manoel na ação penal privada.
- (C) Manoel responderá pelo crime contra os três ofendidos, mas estará isento de pena ao final da ação penal.
- (D) o direito dos três ofendidos estará prejudicado e não poderá ser ajuizada ação penal privada por nenhum deles.
- (E) ele só produzirá efeito se efetivado até a data do ajuizamento da ação penal privada.



48. Pedro, que contava com 69 anos de idade na época, sócio proprietário de uma empresa de embalagens, após ser alvo de uma diligência por agentes fiscais de determinado Estado no dia 11 de Julho de 2013, oferece dinheiro em espécie aos referidos funcionários públicos para não ter a empresa autuada pelo Fisco. O fato é noticiado à Autoridade Policial, que determina a instauração de inquérito policial. Relatado o Inquérito Policial, Pedro é denunciado por crime de corrupção ativa. A denúncia é recebida em 30 de Agosto do mesmo ano de 2013 e a ação penal é instaurada, com inquirição das testemunhas arroladas pelas partes, interrogatório do réu e debates entre Ministério Público e advogado. No dia 17 de Setembro de 2015 o processo é sentenciado pelo Magistrado que condena Pedro a cumprir pena de 2 anos de reclusão em regime inicial semiaberto, substituída por duas penas restritivas de direito. A sentença transita em julgado e o advogado de Pedro apresenta requerimento de extinção da punibilidade pela prescrição. Neste caso, o Magistrado, atentando para a pena fixada,
- (A) não deverá extinguir a punibilidade do réu pela prescrição, cujo prazo é no caso concreto de 3 anos.
- (B) não deverá extinguir a punibilidade do réu pela prescrição, cujo prazo é no caso concreto de 4 anos.
- (C) deverá extinguir a punibilidade do réu pela prescrição, consumada em 2 anos entre a data do recebimento da denúncia e a sentença.
- (D) não deverá extinguir a punibilidade do réu pela prescrição, cujo prazo é no caso concreto de 8 anos.
- (E) não deverá extinguir a punibilidade do réu pela prescrição, cujo prazo é no caso concreto de 6 anos.

49. Xisto, Vereador de um determinado município do Estado de Sergipe, com o escopo de vingar-se do seu desafeto Tácito, também Vereador do mesmo município, faz uma denúncia escrita de crime eleitoral perante a Autoridade Policial contra Tácito, sabendo da inocência deste, apresentando-se como Moisés para não ser identificado. O Inquérito Policial é instaurado pela Autoridade Policial. Neste caso Xisto cometeu crime de
- (A) denunciação caluniosa com pena de 2 a 8 anos, aumentada de um terço.
- (B) comunicação falsa de crime, com pena de 1 a 6 meses de detenção e multa, aumentada de um terço.
- (C) denunciação caluniosa com pena de 2 a 8 anos e multa, aumentada da sexta parte.
- (D) comunicação falsa de crime, com pena de 1 a 6 meses de detenção e multa, sem qualquer majoração.
- (E) denunciação caluniosa, com pena de 2 a 8 anos, sem qualquer majoração.

Direito Processual Penal

50. José é preso em flagrante na cidade de Aracaju e, posteriormente, denunciado pelo Ministério Público por crime de corrupção ativa. Oferecida a denúncia, o Magistrado conclui pela incompetência do juízo para processar e julgar a ação penal, remetendo o feito para a comarca de Nossa Senhora do Socorro. O Promotor de Justiça, inconformado com a decisão, poderá interpor recurso
- (A) em sentido estrito no prazo de 10 dias.
- (B) de apelação no prazo de 5 dias.
- (C) em sentido estrito no prazo de 15 dias.
- (D) de apelação no prazo de 15 dias.
- (E) em sentido estrito no prazo de 5 dias.

51. Considere as seguintes assertivas:

- I. No processo penal, contam-se os prazos da data de juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem e não da data da intimação.
- II. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- III. É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

Está correto e é súmula editada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça o indicado em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

52. Bráulio, Rodolfo, Ricardo e Benício, todos residentes na cidade de Barra dos Coqueiros – SE, planejam o sequestro de um empresário de uma grande empresa da cidade de Aracaju. No dia 13 de Janeiro de 2015 o plano é executado e o empresário é arrebatado quando saía do seu local de trabalho e levado para o cativado na cidade de Maruim – SE, onde permaneceu por sete dias até o pagamento do resgate e libertação, esta última em uma rua deserta na cidade de Barra dos Coqueiros. Iniciada investigação criminosa, os quatro criminosos acabam presos. Instaurada a ação penal, pelo referido crime permanente de extorsão mediante sequestro, a competência para processar e julgar a ação penal será

- (A) da comarca de Barra dos Coqueiros, onde foi praticado o último ato executório.
- (B) das comarcas de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Maruim e firmar-se-á pela prevenção.
- (C) da comarca de Aracaju, onde o crime foi praticado.
- (D) da comarca de Maruim, onde a maior parte do crime foi executada.
- (E) firmada pela continência entre as comarcas de Aracaju e Maruim.

Noções de Administração Pública

53. Sobre a gestão de resultados na Administração pública, é correto afirmar:
- (A) O estabelecimento de metas no setor público e no setor privado são semelhantes, na medida em que é orientado pelo cumprimento de procedimentos e normas.
- (B) A legalidade e a impessoalidade são características da administração burocrática e, conseqüentemente, orientam a elaboração de metas e o seu alcance.
- (C) A contratualização de resultados é um instrumento da administração burocrática e consiste no estabelecimento de parcerias público-privadas.
- (D) A hierarquia é essencial para o estabelecimento de um contrato de gestão, pois essa característica assegura o próprio cumprimento do contrato.
- (E) O controle por resultados é um instrumento da administração gerencial e pode envolver a contratualização de resultados e contratos de gestão.



54. Sobre o conceito de projetos é correto afirmar:
- (A) São de longo prazo e tem continuidade ao longo do tempo.
 - (B) São únicos, pois criam serviços e produtos específicos.
 - (C) Envolvem operações e, assim, uma sequência de processos repetidamente executados.
 - (D) Envolvem muitos departamentos, em função disso, são considerados unifuncionais.
 - (E) Envolvem equipes especializadas em determinadas áreas de um único departamento.
-
55. Uma Secretaria Estadual de Saúde elaborou um plano, que definiu as forças e fraquezas da política estadual de saúde. Essa metodologia de planejamento refere-se a:
- (A) Planejamento tático.
 - (B) Planejamento setorial.
 - (C) *Balanced Scorecard*.
 - (D) Análise SWOT.
 - (E) Mapa estratégico.
-
56. Para criar satisfação e motivação, uma organização pode atribuir ao indivíduo trabalhos estimulantes, responsabilidades e possibilidades de ascensão na carreira. Tais ações são capazes de motivar e orientar o comportamento positivo dos funcionários no trabalho por atender
- (A) às necessidades humanas de igualdade, relacionadas às recompensas justas pelos esforços desempenhados.
 - (B) aos fatores motivacionais extrínsecos, relativos ao ambiente e condições de trabalho.
 - (C) às necessidades humanas sociais, relativas à vida associativa do funcionário.
 - (D) aos fatores motivacionais intrínsecos, relacionados ao conteúdo próprio do cargo.
 - (E) às necessidades humanas de existência, relacionadas à segurança e à estabilidade profissional.
-
57. A criação das Coordenadorias Regionais de Educação, instâncias administrativas de atuação intermediária responsáveis pelas escolas estaduais e subordinadas às Secretarias Estaduais de Educação dos Estados que as possuem, é um exemplo de
- (A) departamentalização por localização geográfica.
 - (B) departamentalização por serviços.
 - (C) descentralização territorial.
 - (D) descentralização administrativa.
 - (E) descentralização funcional.

Atribuições do Chefe de Cartório

58. Jorge, Chefe de Cartório Eleitoral em Sergipe, deseja delegar algumas de suas atribuições a Félix, servidor lotado no mesmo cartório, subordinado diretamente a ele. De acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, Jorge poderá delegar, mediante
- (A) Portaria, a função de dar imediata ciência à Secretaria do Tribunal da criação, modificação ou extinção dos locais de votação.
 - (B) Resolução, a função de cumprir e fazer cumprir as determinações do juiz eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) Portaria, a função de controlar e verificar a correta consignação dos honorários de entrada e saída dos servidores.
 - (D) Resolução, a função de controlar e verificar a correta consignação dos honorários de entrada e saída dos servidores.
 - (E) Portaria, a função de cumprir e fazer cumprir as determinações do juiz eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral.
-
59. De acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, é de competência dos Chefes de Cartório, sob pena de responsabilidade, fazer,
- (A) a cada dois anos, até o dia 31 de dezembro, e quando assumir suas funções, o inventário dos bens patrimoniais pertencentes ou não à Justiça Eleitoral, comunicando, imediatamente, por escrito, ao juiz eleitoral e ao Tribunal Regional, o eventual extravio ou danificação dos bens.
 - (B) a cada dois anos, até o dia 30 de novembro, e quando assumir suas funções, o inventário dos bens patrimoniais pertencentes ou não à Justiça Eleitoral, comunicando, imediatamente, por escrito, ao juiz eleitoral e ao Tribunal Regional, o eventual extravio ou danificação dos bens.
 - (C) anualmente, até o dia 31 de dezembro, e quando assumir suas funções, o inventário dos bens patrimoniais pertencentes ou não à Justiça Eleitoral, comunicando, imediatamente, por escrito, ao juiz eleitoral e ao Tribunal Regional, o eventual extravio ou danificação dos bens.
 - (D) anualmente, até o dia 30 de novembro, e quando assumir suas funções, o inventário dos bens patrimoniais pertencentes ou não à Justiça Eleitoral, comunicando, imediatamente, por escrito, ao juiz eleitoral e ao Tribunal Regional, o eventual extravio ou danificação dos bens.
 - (E) anualmente, até o dia 30 de novembro, e quando assumir suas funções, o inventário dos bens patrimoniais pertencentes ou não à Justiça Eleitoral, comunicando, imediatamente, por escrito ou de forma oral, ao juiz eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral, o eventual extravio ou danificação dos bens.
-
60. Marilza é chefe de um cartório eleitoral em Sergipe onde Jair e Elisabeth são auxiliares a ela subordinados, e Joelma é juíza eleitoral. De acordo com a Resolução TRE/SE nº 113/2007, compete à
- (A) Marilza exercer ação disciplinar sobre Jair e Elisabeth, representando, se for o caso, à Joelma, quando necessário.
 - (B) Marilza exercer ação disciplinar sobre Jair e Elisabeth, representando diretamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando necessário.
 - (C) Marilza exercer ação disciplinar sobre Jair e Elisabeth, representando obrigatoriamente à Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral.
 - (D) Joelma exercer ação disciplinar sobre Marilza, Jair e Elisabeth representando diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, quando necessário.
 - (E) Marilza exercer ação disciplinar sobre Jair, Elisabeth e Joelma, representando, se for o caso, diretamente ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 10, itens:

“10.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela Banca Examinadora. 10.7. Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota** igual ou superior a **5 (cinco) pontos**.”

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.

Quando se trata da obrigatoriedade do voto, a discussão que se impõe, para alguns, é aquela sobre a qualidade do voto, mais do que sobre a sua obrigatoriedade. A questão primordial seria a de garantir a efetiva participação do cidadão no processo democrático. Outros afirmam que se deve facultar às pessoas o direito de participar ou não desse processo.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo justificando amplamente seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30